

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Esta seção aborda o registro e os pedidos de impugnação da candidatura de Lula. Levanta os resultados de pesquisas logo após o registro e mostra o crescimento de Lula a despeito das restrições de liberdade e possibilidade de participar da campanha eleitoral. Apresenta também a composição dos palanques estaduais para a disputa à presidência e o quanto ele ainda pode beneficiar-se das alianças nos estados.

A liderança de Lula nas pesquisas eleitorais

O fato político mais marcante do mês de agosto foi o registro da candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, no último dia 15 de agosto. Fernando Haddad foi registrado como candidato a vice-presidente, para falar em nome de Lula e representar sua candidatura, mas ficou acordado com o PCdoB que se a candidatura de Lula for impugnada, Fernando Haddad assume a cabeça da chapa e Manuela D'Ávila, que abriu mão de sua candidatura, assume a vice-presidência.

Na data, mais de cinquenta mil pessoas acompanharam o registro da candidatura em Brasília, em um ato político com a presença de Fernando Haddad e Manuela D'Ávila, entre outras lideranças do partido. No ato, Haddad leu uma carta enviada pelo ex-presidente, intitulada “Carta aos Brasileiros”, na qual Lula reafirma sua inocência, pede que a militância faça campanha em seu lugar, sendo cada um Lula pelo Brasil, lembrou os legados dos governos petistas e assegurou que ainda aposta no futuro e no que pode fazer pelo país.

No mesmo dia, a procuradora-geral da República,

Raquel Dodge, se manifestou pedindo que a candidatura de Lula seja negada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e registrou pedido de impugnação. Até o momento, já foram registrados dezessete pedidos de impugnação, que serão analisados pelo ministro Luís Roberto Barroso, escolhido pela presidenta do TSE, ministra Rosa Weber, como relator responsável por eles. O prazo final do TSE para analisar essa questão é 17 de setembro.

O Comitê de Direitos Humanos da ONU assinou a liminar favorável aos direitos políticos de Lula. As medidas são legalmente vinculantes, e, como o Brasil é signatário, impõem obrigação legal internacional para que o Brasil as cumpra. Até a resolução e há quarenta dias da eleição, Lula continua o centro das atenções e determina o comportamento eleitoral desse pleito. Os prognósticos eleitorais dependem do que vai acontecer com Lula e de como o TSE irá julgar sua candidatura. É bastante provável que a opção seja por romper com os tratados internacionais de Direitos Humanos para dar continuidade e consolidar o golpe.

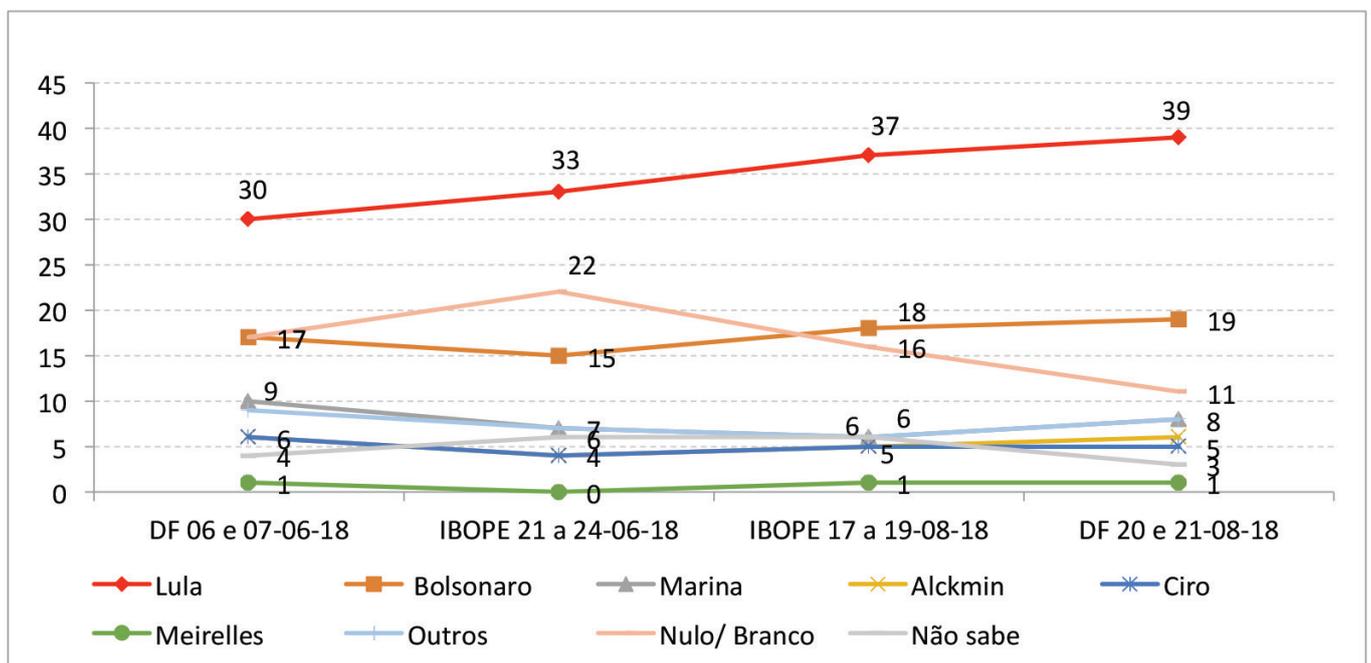
A despeito da prisão política de Lula e da perseguição que vem sofrendo, agora também com os pe-

dados de impugnação de sua candidatura, as últimas pesquisas apontam que Lula amplia a liderança e se distancia dos demais candidatos na corrida eleitoral, segundo as últimas pesquisas do Ibope e Datafolha. No Ibope, Lula tinha 33% das intenções de voto no final de junho, na última pesquisa registrou 37%. O Datafolha captou crescimento ainda maior, de 30% no mês de junho para atuais 39%.

Bolsonaro apresenta oscilação positiva, dentro da margem de erro. No Ibope passou de crescimento, de 15% para 18% e no Datafolha de 17% para 19%

das intenções de voto. Já Marina Silva se mantém na terceira posição, mas oscila negativamente dentro da margem de erro, de 7% para 6% no Ibope e de 10% para 8% no Datafolha.

Alckmin e Ciro se mantêm tecnicamente empatados, ambos com 5%, registrando tendência de crescimento de um ponto percentual, segundo o Ibope. Alckmin mantém os 6% obtidos no Datafolha e Ciro perde um ponto neste instituto, ficando com 5%, um ponto abaixo de Alckmin e do obtido na rodada anterior.



Contrariando as regras do TSE, segundo as quais apenas o candidato deve estar nas pesquisas, Ibope e Datafolha forjam um cenário sem Lula e, nesse caso, o número de votos brancos e nulos chega a 22%, segundo o Datafolha, e 29%, segundo o Ibope, enquanto em cenários com Lula esse índice é de 11% e 16%, respectivamente. Comparativamente às eleições anteriores, essa seria a maior votação inválida da história.

Nas últimas eleições presidenciais a soma dos votos em branco ou nulos no primeiro turno chegou a 10,4% em 2002, 8,4% em 2006, 8,6% em 2010 e 9,6, em 2014. A abstenção tem crescido a cada eleição. Em 2002, o índice dos que não compareceram às urnas correspondia a 17,74%, em 2006 esteve em 16,75%, em 2010 subiu para 18,12% e em 2014 chegou a 19,39%. A considerar a descrença nas ins-

tituições políticas e falta de legitimidade das futuras eleições, sobretudo se Lula for impossibilitado de disputar, o índice de abstenção tende a aumentar.

O eleitorado de Lula é mais concentrado no Nordeste, entre os de renda e escolaridade mais baixa e na juventude. A candidatura de Haddad ainda não desponta com maior ênfase em nenhum segmento, assim como a de Ciro e Alckmin. Marina sobressai entre as mulheres, entre os mais jovens, os de escolaridade média, enquanto Jair Bolsonaro tem maior percentual de eleitores no Centro-oeste, entre os que têm a maior renda familiar e escolaridade e o pior desempenho entre as mulheres.

Com Lula fora da disputa, Bolsonaro lidera, porém com pequena diferença do cenário com Lula, subindo de 17% para 20% na pesquisa Ibope e de 19% para 22%, no Datafolha, sempre dentro da

margem de erro. Alckmin esboça leve reação, tinha 7% das intenções de voto em junho e hoje tem 9%, segundo o Datafolha. E, no Ibope, passou de 6% para 7%. Ciro também se mantém estável, com 10% das intenções de voto sem Lula na disputa, segundo o Datafolha, e oscila de 8% para 9% no Ibope.

Marina é quem mais herda os votos de Lula, mas seu percentual praticamente não variou nesse cenário nos últimos meses. Tinha 13% no Ibope de junho e tem 12% agora. E, no Datafolha, tinha 15% e agora chega a 16%.

Após o registro de candidaturas, Fernando Haddad, que tinha 1% e 2% no Datafolha e Ibope, respectivamente, em junho, ampliou para 4% de intenções de voto. A migração de votos do ex-presidente para Fernando Haddad ainda não foi captada e sua ausência nos primeiros debates pode dificultar a percepção da estratégia petista. No entanto, seu potencial de crescimento é alto, visto que 51% do eleitorado ainda não o conhecem e sua rejeição é de 21%.

Jair Bolsonaro lidera o ranking de rejeição, com 39%, no Datafolha e 37% no Ibope, enquanto Lula aparece com 34% de rejeição no Datafolha e 30% no Ibope. Também nesse quesito os três outros candidatos se mantêm tecnicamente empatados, com Alckmin em 26% de rejeição, Marina Silva em 25% e Ciro Gomes em 23%, segundo o Datafolha, e 25%, 23% e 21%, no Ibope, respectivamente.

Ainda é difícil afirmar a capacidade de transferência de votos de Lula a Haddad. Na última pesquisa Datafolha, 17% do eleitorado indicam que caso o ex-presidente Lula não possa concorrer à eleição apoiariam Fernando Haddad, 10% acreditam que seu apoio irá para Marina e 6% para Ciro, mas 51% do eleitorado não sabem quem o ex-presidente irá apoiar.

O eleitorado se divide entre 49% que votariam em um candidato apoiado por Lula (31% com certeza, 18% talvez) e 48% que não votariam. Na pior das hipóteses, se Lula conseguir transferir apenas os 31% de seus votos a Haddad, a participação do candidato do PT no segundo turno já estaria assegurada.

No campo da centro-esquerda podemos considerar que entre Lula ou Haddad, Ciro e Marina, o candidato do PT é o que apresenta maiores chances de ir para o segundo turno. Primeiro pela estrutura

político e partidária, que garante maior orçamento à campanha e um leque de alianças mais amplo e variado ao partido, como apresentado na segunda parte dessa seção.

Segundo, porque seus concorrentes nesse campo, de um lado agregaram à chapa vices que mais atrapalham do que ajudam a convencer o eleitorado de que se trata de uma candidatura de centro-esquerda (caso de Ciro com Katia Abreu como vice), assim como a tentativa de vincular-se a partidos do centro que acabaram por se filiar a uma candidatura mais à direita. Por outro lado, o pouco tempo de tevê de candidatos como de Marina Silva e Guilherme Boulos também os tornam pouco competitivos.

Na centro-direita, o imbróglio parece maior. Bolsonaro apresenta chances de ir ao segundo turno, porém o pouco tempo de tevê de que dispõe pode comprometer seu desempenho, além de um provável teto baixo para posturas mais extremistas. Alckmin conseguiu um leque de alianças que lhe garante um amplo tempo de tevê. Sua vice, Ana Amélia, deve atrair o eleitorado mais conservador e do Sul, que Alckmin disputa com Bolsonaro e Álvaro Dias. Sua imagem, no entanto, não traz empatia com o eleitor e sua posição em relação ao governo Temer é dúbia, vinculando-se ora ao apoio ao golpe e às políticas de retrocesso do governo golpista, ora se colocando como oposição, em um discurso fraco, que não convence o eleitor.

Henrique Meirelles, o candidato do governo, tenta a mesma fórmula de Alckmin, não defende o governo e tenta vincular sua imagem a Lula referindo-se a sua gestão no Banco Central. Outros candidatos de menor fôlego, como Álvaro Dias e João Amoedo, também mais atrapalham do que ajudam ao campo da direita, retirando votos de Alckmin e Bolsonaro.

A pesquisa mais recente do Datafolha traz Lula liderando em todos os cenários para o segundo turno. Com larga diferença de mais de vinte pontos sobre todos os adversários. Contra Jair Bolsonaro, Lula venceria com 52% contra 32%. Venceria Marina com 51% contra 29% e Alckmin com a vantagem de 53% a 29%.

Na hipótese de Lula não disputar o segundo turno, o cenário fica bem embaralhado. Jair Bolsonaro perderia para qualquer outro candidato: para Ma-

rina por 45% a 34%, para Alckmin por 38% a 33% e para Ciro, por 38% a 35%. Em eventual disputa de segundo turno entre Alckmin e Ciro, a vantagem seria para Alckmin, com 37% a 31%. Já contra Marina Silva, Alckmin teria 33% com vitória de Marina, com 41%.

O Datafolha apurou que o PT tem hoje 24% da preferência partidária. Em segundo lugar, estão empatados o MDB e PSDB, com 4%. O Ibope apurou um índice ainda mais positivo para o PT, de 29% de preferência partidária, e apenas o PSDB sobressai em segundo lugar, com 5%. Ao que tudo indica, o ápice do antipetismo parece ter chegado ao fim. Com essa marca, o PT recupera índices de maio de 2014 (23%, pelo Datafolha), quando a crise do antipetismo ainda não tinha se instalado.

Alianças estaduais e a disputa presidencial

Após os registros das candidaturas para as eleições gerais deste ano, podemos analisar os palanques que os candidatos a presidente terão à sua disposição para fazer campanha nos estados e a força deles frente a suas coligações presidenciais. Trataremos aqui das candidaturas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), e do deputado Jair Bolsonaro (PSL), além de levantar as coligações nos estados nas candidaturas a governador.

As coligações estaduais demonstram que o apoio do Centrão a Alckmin não parece tão sólido. Nacionalmente, o PSDB do ex-governador está coligado com o PP, PR, PTB, DEM, Solidariedade, PPS, PRB e PSD. No Nordeste fica evidente que é mais vantajoso ao Centrão, mesmo coligado a Alckmin, estar presente em palanques lulistas ou petistas e não junto a tucanos ou seus apoiadores da região: Alagoas (Sd, PPS, PR, PTB, PSD), Bahia (PP, PSD, PR), Ceará (PP, PR, PTB, DEM, PPS), Maranhão (PRB, PPS, DEM, PR, PP, PTB, SD), Paraíba (DEM, PTB, PRB, PPS), Pernambuco (PP, PR, PSD, SD), Piauí (PP, PR, PSD, PTB) e Sergipe (PSD, PP).

No Acre, em Minas Gerais e em Tocantins, pelo menos um dos partidos divide coligação estadual com o PT. Isso não diminui o peso da coligação de Alck-

min, que garante tempo de tevê, fundamental para o tucano tentar retomar o eleitorado que hoje está com Jair Bolsonaro. No entanto, podemos afirmar que o apoio não é sólido e que estadualmente esses partidos podem fornecer apoio a outros candidatos que não Alckmin.

Jair Bolsonaro, que conseguiu aglutinar até então a fração de direita do eleitorado, também terá desafios do ponto de vista estadual. Além do pouco tempo de tevê (oito segundos) e baixo orçamento (o PSL e o PRTB possuem treze milhões no total para financiar todas as suas campanhas), o partido está coligado com um ou nenhum partido em campanhas para governador nos seguintes estados: Bahia, Maranhão e São Paulo (coligado com PRTB), Piauí (coligado com o PROS), Ceará, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins (sem coligação).

Com um partido pequeno e fraco, o isolamento pode implicar na quase inexistência de palanques, embora o candidato aposte na claqué arregimentada via redes sociais. O PSL não possui candidato nem dá apoio a qualquer nome nos seguintes estados: Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Já em relação ao PT, podemos notar a reprodução da aliança nacional entre o partido e o PCdoB na maior parte dos estados: só não estão juntos no Amapá, no Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rondônia, Roraima e Santa Catarina. Em alguns desses estados o partido não tem coligação, e lançou chapa pura. Onde governa, possui grandes coligações, e no Nordeste terá palanques inclusive de governadores de outros partidos, como em Alagoas, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Sergipe.

As regiões nas quais o partido está mais isolado são a Centro-Oeste e a Sul: à exceção do Mato Grosso, onde está presente em uma grande coligação. Nos outros estados dessas regiões ou está sozinho ou com o PCdoB. No Sudeste, está sozinho no Espírito Santo, com o PCdoB em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, onde também está coligado com PSB, DC e PR. No Norte possui alianças mais amplas.